

ABC DO PAISAGISMO

JEANINE MAFRA MIGLIORINI
(Organizadora)

Atena
Editora

Ano 2018

Jeanine Mafra Migliorini
(Organizadora)

ABC do Paisagismo

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

| Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG) | |
|---|---|
| M634a | Migliorini, Jeanine Mafra. ABC do paisagismo [recurso eletrônico] / Jeanine Mafra Migliorini. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-85107-37-6 DOI 10.22533/at.ed.376182609 1. Arquitetura paisagística. I. Título. CDD 712.2 |
| Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422 | |

O conteúdo do livro e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Paisagem é um termo bastante abrangente, uma vez que tudo que vemos diante dos olhos é uma paisagem; paisagismo é uma ciência que busca ordenar o ambiente externo vivido pelo homem. Ao discutirmos a paisagem podemos falar das tendências do paisagismo residencial ou comercial, mas também falamos do urbano, das praças e parques, da paisagem constituída pelas edificações, em várias escalas possíveis de abordagem, o que torna o tema tão amplo e interessante.

Uma paisagem pode ser analisada através de sua transformação ao longo da história, que é testemunha da constante mudança em sua estrutura, uma vez que paisagem não é estática. São camadas de história diante de nossos olhos, que muitas vezes passam despercebidas pela correria diária.

A paisagem urbana se modifica com grandes eventos, como a inserção de um novo equipamento urbano, entretanto as pequenas transformações diárias também representam significativas interferências paisagísticas, e nos levam ao cenário atual, que amanhã será diferente e no próximo mês também, assim sempre estaremos diante de uma nova paisagem.

Analisar essa realidade, quer seja através da história, da atualidade ou de possíveis cenários futuros nos coloca como atuantes do espaço que vivenciamos diariamente, e com ferramentas para tomarmos decisões e interferirmos, se necessário, para manter, ou retomar a qualidade desta paisagem.

Neste livro apresentamos reflexões sobre as transformações históricas das paisagens e quais as consequências e a atual realidade encontrada. Também são abordadas as questões referentes às gestões participativas na construção desta paisagem. Como determinadas vegetações se encontram e devem ser cuidadas e preservadas nas cidades. Além de apresentar uma discussão acerca de o paisagismo religioso, ou seja, classificação do espaço a partir de características comuns que definem uma identidade.

As discussões são bastante amplas, assim como a temática do tema, entretanto são necessárias e pertinentes para a formação de indivíduos conscientes de seu entorno, e aptos a interferir e modificar as paisagens que nos cercam.

Boa leitura, que as reflexões despertem seu olhar para as paisagens que lhe cercam!

Jeanine Mafra Migliorini

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| CAPÍTULO 1 | 1 |
| A INSERÇÃO DO SISTEMA FERROVIÁRIO EM ARAGUARI-MG: TRANSFORMAÇÕES DA PAISAGEM ENTRE 1823 E 1950 | |
| <i>Lucas Martins de Oliveira</i> <i>Eugenio Fernandes Queiroga</i> | |
| CAPÍTULO 2 | 14 |
| UMA AVENIDA, UMA CIDADE, MUITAS TRANSFORMAÇÕES: JUIZ DE FORA, 1836 – 2016. | |
| <i>Tiago Goretti Ribeiro</i> <i>Antonio Ferreira Colchete Filho</i> <i>Victor Hugo Godoy do Nascimento</i> | |
| CAPÍTULO 3 | 28 |
| A INFRAESTRUTURA VERDE NO ENSINO DO PROJETO DA PAISAGEM URBANA: REALIDADE E PROSPECÇÕES | |
| <i>Andrea Queiroz Rego</i> <i>Aline Pires Veról</i> | |
| CAPÍTULO 4 | 43 |
| EXPERIÊNCIA DA GESTÃO PARTICIPATIVA NA QUALIFICAÇÃO DE LOGRADOUROS PÚBLICOS NA FORMAÇÃO DE ARQUITETOS E URBANISTAS: A REFORMA DA PRAÇA DO PESCADOR – SÃO LUÍS-MA | |
| <i>Agnes Leite Thompson Dantas Ferreira Thompson</i> <i>José Aquiles Sousa Andrade</i> | |
| CAPÍTULO 5 | 54 |
| O DESENHO DO ESPAÇO LIVRE NA ESCALA DO BAIRRO A PARTIR DE PROBLEMATICAS AMBIENTAIS: ESTUDO DE CASO DO RESIDENCIAL TARUMÃ – MARINGÁ, PR | |
| <i>Paula Rocha do Amaral Marino</i> <i>Karin Schwabe Meneguetti</i> | |
| CAPÍTULO 6 | 71 |
| APREENSÃO DA FORMA URBANA E DA DINÂMICA SOCIAL EM CENAS URBANAS COTIDIANAS: PENSAR A CIDADE NO FUTURO. | |
| <i>Antonio Colchete Filho,</i> <i>Camila Caixeta Gonçalves,</i> <i>Fabrcício Teixeira Viana,</i> | |
| CAPÍTULO 7 | 81 |
| SISTEMA DE ESPAÇOS LIVRES NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA MÉTODO DE ANÁLISE DE ESPAÇOS LIVRES DE CURITIBA | |
| <i>Luciana Evans Romanus</i> <i>Silvio Soares Macedo</i> | |
| CAPÍTULO 8 | 99 |
| A HERA VENENOSA E O ESPAÇO CIDADINO CONSTRUÇÃO DE MÉTODOS PARA ANÁLISE DE FITOPATOLOGIAS URBANAS | |
| <i>Matheus Maramaldo Andrade Silva</i> | |

CAPÍTULO 9 116

MATA DO KRAMBECK NA CIDADE DE JUIZ DE FORA, MINAS GERAIS: CICLOS DE UMA HISTÓRIA DE RESILIÊNCIA

Lucas Abranches Cruz
Patricia Menezes Maya Monteiro
Frederico Braidá
Antonio Colchete Filho

CAPÍTULO 10 128

PAISAGISMO RELIGIOSO: PARQUE EM REDE PEDRA DE XANGÔ, UM PATRIMÔNIO CULTURAL E GEOLÓGICO PRESENTE NAS TRADIÇÕES AFRODESCENDENTES DA CIDADE DE SALVADOR-BA

Maria Alice Pereira da Silva
José Augusto Saraiva Peixoto
Cássio Marcelo Castro
Sérgio Magarão de Figueirêdo Júnior

SOBRE A ORGANIZADORA..... 142

MATA DO KRAMBECK NA CIDADE DE JUIZ DE FORA, MINAS GERAIS: CICLOS DE UMA HISTÓRIA DE RESILIÊNCIA

Lucas Abranches Cruz

Instituto Vianna Junior, curso de Arquitetura e Urbanismo.

Juiz de Fora – Minas Gerais

Patricia Menezes Maya Monteiro

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em Urbanismo (PROURB).

Rio de Janeiro – Rio de Janeiro

Frederico Braida

Universidade Federal de Juiz de Fora, Programa de Pós-graduação em Ambiente Construído (PROAC).

Juiz de Fora – Minas Gerais

Antonio Colchete Filho

Universidade Federal de Juiz de Fora, Programa de Pós-graduação em Ambiente Construído (PROAC).

Juiz de Fora – Minas Gerais

RESUMO: O crescimento das cidades transforma as áreas verdes e paisagens naturais. O objetivo desse artigo é descrever os momentos decisivos para a consolidação da APA Mata do Krambeck na cidade de Juiz de Fora, destacando a resiliência ambiental da área. O estudo envolve um levantamento documental e bibliográfico sobre o local e temas afins e uma entrevista semiestruturada com a ex-proprietária. Constatou-se que o interesse

preservacionista viabilizou a recuperação da vegetação e valorizou a área verde no meio urbano. Concluímos que a perpetuação do espaço verde depende de medidas específicas no planejamento urbano para garantir que a relação entre Mata e a cidade permaneçam harmoniosas.

PALAVRAS-CHAVE: Resiliência; Paisagem urbana; Unidade de paisagem.

ABSTRACT: The growth of cities transforms green areas and natural landscapes. The objective of this article is to describe the decisive moments for the consolidation of APA Mata do Krambeck in the city of Juiz de Fora, highlighting the environmental resilience of the area. The study involves a documental and bibliographic survey about the place and related topics and a semi-structured interview with the former owner. It was verified that the preservationist interest enabled the recuperation of the vegetation and valued the green area in the urban environment. We conclude that the perpetuation of green space depends on specific measures in urban planning to ensure that the relationship between Mata and the city remains harmonious.

KEY WORDS: Resilience; Urban landscape; Landscape unit.

1 | INTRODUÇÃO

Embora a vegetação urbana seja considerada um importante indicador para o estudo da qualidade ambiental nas cidades, sua presença, histórico e parâmetros qualitativos têm sido elementos negligenciados no desenvolvimento dos conglomerados humanos (BARGOS E MATIAS, 2012). Como consequência mais evidente do aumento da população humana e do crescimento das cidades, pode-se destacar a transformação das paisagens naturais através da devastação quase completa da vegetação nativa. Essa ação resulta em fragmentos verdes, dispersos na malha urbana, com pequenas dimensões e circundados por barreiras físicas que impedem a difusão da fauna e flora, gerando alterações nas condições microclimáticas, principalmente temperatura e umidade (FONSECA; CARVALHO, 2012).

Tal fator é agravado pela divulgação e interesses preservacionistas focados principalmente em grandes ecossistemas, com biodiversidade elevada, quase intocada e com animais e espécies vegetais em risco de extinção. Em segundo plano, fica a atenção dada à natureza presente no meio urbano próximo dos locais de trabalho e moradia. Áreas verdes de menor escala em cidades, além de muitos serviços ambientais e ecológicos, proporcionam importantes benefícios sociais e psicológicos para as sociedades humanas, que enriquecem seu cotidiano com significados e emoções (THOMPSON, 2002). Paiva e Gonçalves (2002) ressaltam que esses espaços verdes urbanos precisam ser utilizados com objetivos sociais, ecológicos, científicos e culturais para que sejam reconhecidos pela população, e, assim, devidamente mantidos. Faria (2005) salienta que a prática do paisagismo e do planejamento bem desempenhados potencializam a preservação da natureza, favorecendo sua manutenção e formação de habitats próprios para o ecossistema que participam. Além disso, atuam na melhoria da qualidade da paisagem urbana.

Partindo de uma perspectiva mais ampla, conforme Odum (1971), o futuro da espécie humana depende da compreensão da extensão, utilização e gestão sensatas dos recursos naturais em longo prazo, pois somos uma espécie em um ecossistema adaptado para condições específicas. Munford (1982) é consonante ao dizer que a preservação dos espaços naturais é vital em todas as comunidades urbanas para não se perder a relação ecológica entre a cidade e o ambiente preservado. De acordo com McHarg (1968), essa conservação resulta não só no ganho em qualidade de vida das populações como também na valorização das características do meio físico e da paisagem.

Logo, como instrumentos de conservação da natureza, tanto preservada quanto restante nas cidades, destacam-se as Unidades de Conservação. Estas são as áreas instituídas pelo poder público para a proteção da fauna, flora, recursos hídricos, solos, paisagens e processos ecológicos pertinentes aos ecossistemas naturais, assim como o patrimônio associado às manifestações culturais dos brasileiros (PAIVA; GONÇALVES, 2002).

Além das Unidades de Conservação, a atual complexidade da relação entre o avanço urbano e questão ambiental reforça a necessidade de estipular parâmetros de manutenção e desenvolvimento dos terrenos vazios ou ociosos em meio urbano ou rural. Alguns desses espaços livres prestam serviços fundamentais para a estabilização do meio ambiente como recarga de aquíferos, controle climático ou equilíbrio de ecossistemas, e precisam ser garantidos por lei quanto à destinação e uso adequado de suas funções, não podendo ser deixados ao gosto da postura especulativa do proprietário ou da demanda econômica (BUENO, 2007).

Um caso particular de área verde urbana é a Mata do Krambeck, situada no município de Juiz de Fora, que é o maior e mais populoso da mesorregião da Zona da Mata Mineira e reconhecido como um dos principais centros regionais do estado de Minas Gerais. A Mata do Krambeck, com área de 292,9 hectares, tem parte confrontante ao Rio Paraibuna e é um dos remanescentes florestais em área urbana do município. Grande parte da vegetação encontra-se em estágio avançado de regeneração, com presença de diversas espécies ameaçadas de extinção. Atualmente, a Mata do Krambeck é representada por uma vegetação secundária das comunidades vegetais originais. Parte de seu território configura uma Área de Proteção Ambiental e outra parcela foi adquirida pela Universidade Federal de Juiz de Fora para uso como Jardim Botânico (RABELO; MAGALHÃES, 2011).

Conforme Silva e Reis (2000), são necessários subsídios básicos para a formação da auto-resiliência, ou seja, a capacidade de regeneração natural. O caso da Mata do Krambeck fornece esses insumos uma vez que foi reflorestada e preservada por gerações, permitindo que se restabelecesse em meio urbano. A figura 01, a seguir, mostra o conjunto arbóreo que engloba a APA Mata do Krambeck e o atual Jardim Botânico da Universidade Federal de Juiz de Fora e o entorno urbano imediato.



Entender o desenvolvimento de áreas verdes no meio urbano pode ser um elemento estruturador importante para as cidades, já que, segundo Bovo (2009), a ação antrópica modifica a paisagem natural ao decorrer do processo histórico e as cidades representam os locais mais significativos no que diz respeito a essas mudanças. Afirmativa corroborada por Lynch (2011) ao descrever a cidade como uma construção no espaço ao decorrer de longos períodos de tempo.

O processo de consolidação do objeto de estudo possui várias etapas e contou com diferentes agentes. Sendo assim, o objetivo desse trabalho é destacar os processos históricos, urbanísticos e paisagísticos fundamentais para a preservação e resiliência ambiental da Mata do Krambeck na cidade de Juiz de Fora. Entender e analisar sua formação e suas influências no entorno imediato podem servir de base para outros estudos e iniciativas de conservação de áreas verdes urbanas. Suas especificidades e adequação aos momentos históricos e alterações urbano-espaciais evidenciam como o espaço nas cidades é mutável e adaptável às mais variadas realidades.

2 | MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa de caráter documental e bibliográfico, segundo um método histórico, cujo foco é a investigação de acontecimentos passados, períodos de formação e modificações, em vista de uma melhor compreensão do papel que o objeto de estudo desempenha atualmente na sociedade. O trabalho também seguirá o método observacional de forma assistemática, valendo-se dos dados levantados e da reflexão acerca de suas consequências na dinâmica espacial urbana contemporânea.

Para aumentar a compreensão do espaço estudado e das dinâmicas que o regem, bem como obter dados relativos à história oral, foi realizada uma entrevista, de modo semiestruturado, com a herdeira da família Krambeck e ex-proprietária do local, deixando espaço para que a entrevistada pudesse se estender sobre outros aspectos que lhe parecessem relevantes.

A fundamentação teórica foi construída a partir da produção científica sobre áreas verdes urbanas, resiliência ambiental, paisagismo urbano e desenvolvimento das cidades.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Mata do Krambeck passou por alterações suscitadas não somente por demandas econômicas, mas também pelo espírito conservacionista dos proprietários, o que possibilitou a cidade de Juiz de Fora contar com uma considerável área verde em

seu perímetro urbano. Cabe demonstrar a história e motivações que propiciaram tais acontecimentos. Para tal, é preciso contar brevemente a história de Detlef Krambeck, patriarca da família na cidade de Juiz de Fora.

Segundo a entrevista e o material fornecido por Anna Elisa Surerus, descendente da família Krambeck, Detlef nasceu em 19 de maio de 1850, em Holstein, Alemanha. Imigrou ainda bebê para o Brasil com os pais, em 1852. Estabeleceram-se no estado do Rio de Janeiro, onde ele fez os estudos e aprendeu o ofício de fabricante de carruagens, também chamado segeiro.

Por volta de 1872, fixou-se em Juiz de Fora, já órfão de pai. Casou-se com Joanna Catharina Elisa Krambeck, também descendente de alemães, com quem teve oito filhos: Guilhermina, João, Henrique, Pedro, Catharina, Luiza, Deolinda e Carolina. Sua mãe, viúva, casou-se com João Wriedt. Detlef abriu uma oficina e obteve lucros graças à intensa demanda pela sua profissão na época, já que o transporte era majoritariamente feito em carruagens e diligências. Assim, fez economias e adquiriu imóveis na cidade. Do outro lado da rua onde fixou trabalho, ficava a olaria de seu padrasto que também gerava bons lucros devido à expansão da cidade e necessidade de material para as novas construções.

As condições favoráveis aos negócios duraram até 1877, quando a ferrovia chegou a Juiz de Fora e o transporte por carruagens praticamente deixou de ser feito, impactando o ofício dos segeiros. Em paralelo, a diminuição da demanda construtiva prejudicou seu padrasto, que em sociedade com Peter Griese, transformou a olaria em uma pequena indústria para curtir couros. Diante da inexperiência dos sócios, o que gerou prejuízos na nova produção, e da disponibilidade de Detlef Krambeck, surgiu o convite para este incorporar-se à sociedade e enriquecê-la com sua capacidade técnica. Apesar disso, a empresa ainda acumulava perdas e dívidas com credores. Os sócios, então, propuseram o encerramento das atividades. Entretanto Detlef, que já havia investido parte de suas economias na empresa, preferiu assumir o encargo sozinho, e a sociedade se desfez.

Em 1882, começou a trabalhar auxiliado pela esposa e alguns poucos funcionários. Porém, ainda acumulava prejuízos constantes. Para contornar a situação, através de um parente residente no Rio de Janeiro, encontrou um profissional para auxiliá-lo na arte de curtir couros e o contratou. Assim, aliado às observações do proprietário e o conhecimento do novo funcionário, a produção do curtume ganhou em qualidade e este passou por uma fase promissora. Em 1885, com a produção crescente e finanças equilibradas, a indústria passou a chamar-se Curtume Krambeck, situado no terreno da antiga olaria de seu padrasto.

Com a indústria consolidada, em 1901, Detlef Krambeck adquiriu, de Josefina da Fonseca Tristão, o Sítio do Retiro Novo, resultante do desmembramento da Fazenda da Tapera, propriedade esta que deu origem a grande parte da cidade de Juiz de Fora. O sítio era composto de plantações de café e hortaliças, além da criação de galinhas e gado. Esse momento configura a ação inicial para a construção do objeto

de estudo desse trabalho. Sua significância deve-se ao fato da propriedade ser a primeira das que formam o conjunto territorial da atual unidade de conservação a ser de propriedade da família Krambeck.

Em 27 de janeiro de 1912, Detlef Krambeck faleceu em situação financeira sólida e com o curtume em expansão. Em decorrência da morte do patriarca, os filhos homens João, Pedro e Henrique se uniram e organizaram uma sociedade chamada Irmãos Krambeck.

Em 1924, a Irmãos Krambeck adquiriu, da viúva do Tenente Albino Esteves do Reis, Anna Maira dos Reis, uma fazenda denominada “Bons Ayres”, também chamado Sítio do Retiro Velho, fruto do desmembramento da Fazenda da Tapera, que havia sido comprado anteriormente pelo Tenente, em 1922, de João de Rezende Tostes e sua esposa Carmen Sylvia de Rezende Tostes. Assim como o Sítio Retiro Novo, este era composto de plantações, pasto para o gado e vegetação em estágio médio de regeneração após a mata original ter sido derrubada. A propriedade é adjacente ao Sítio Retiro Novo, também chamado na época de Fazenda da Jabuticabeira. Esse momento marca a adição da maior propriedade e área que formam o atual conjunto arbóreo.

A intenção da compra dos sítios Retiro Novo e Retiro Velho era a plantação de Acácias Negras (*Acacia decurrens*) para a produção de tanino, composto muito utilizado pelos curtumes na industrialização do couro. A árvore, originária da Austrália, possui em sua casca grandes quantidades do produto que se configura como principal elemento para curtimento dos chamados couros vegetais. No entanto, devido à ausência de aclimatação, condição do solo incompatível com o desenvolvimento da planta, falta de conhecimento técnico sobre as pragas e apesar das Acácias apresentarem crescimento satisfatório, a cultura não se sustentou. As plantas foram cortadas e vendidas como lenha para fogão. Sendo assim, Pedro Krambeck e família iniciam o processo de reflorestamento com espécies nativas como angicos, jacarés e embaúbas.

De educação luterana, Pedro cultivava um forte ideal de preservação da natureza. Ele plantou mudas de árvores frutíferas e ornamentais e proibiu a caça e o corte de fragmentos de floresta remanescentes nas suas propriedades, favorecendo a regeneração da vegetação. O espírito conservacionista dos proprietários ganhou força com a chegada de animais que buscaram refúgio após a redução de seu habitat pela área inundada para a represa Dr. João Penido a partir de 1934, e a consequente redução da Mata da Remonta, ao seu redor (LOURES, 1989).

De acordo com Surerus (2016), o local do atualmente chamado Sítio Malícia, assim como as outras propriedades já adquiridas pela família Krambeck, fez parte do desmembramento da Fazenda da Tapera passando à propriedade de Ottoni Tristão e sua esposa Ignez de Aquino Tristão. Em 1917, o casal realizou uma permuta com João Nunes Lima e sua esposa Maria Luiza de Barros Nunes Lima, que, por sua vez, em 1925, o venderam ao Coronel Manoel Baptista Pereira, sendo denominado de “Quinta

de Santo Antônio”. Em 1928, o Coronel permutou o terreno com Horácio de Souza Ferreira e sua esposa, Coliva Rosa de Souza, que o venderam, no mesmo ano, para José Soares de Azevedo e Olga Carvalho de Azevedo, já destituído de vegetação. José Soares de Azevedo lançou um loteamento chamado “Villa Santo Antonio”, com 383 lotes residenciais.

Diante da possibilidade da proximidade de habitações que poderiam degradar a floresta, em 1938, Pedro Krambeck, através da Curtume Krambeck S.A, comprou o Sítio Malícia e vários terrenos do loteamento a fim de preservar a área adjacente às suas propriedades e ali instalar residência para sua família, construída dois anos depois.

O ano de 1938 se destaca com a inclusão do Sítio Malícia como terceira parte do território que compôs a APA Mata do Krambeck inicialmente. Sua localização e a dedicação ao reflorestamento e paisagismo por parte dos proprietários foram decisivas para a futura implantação do Jardim Botânico da UFJF. A partir desse momento, a prática preservacionista permite que a floresta se recupere e se consolide. Os fatos que ocorreram nesse hiato reforçam a vontade de manter o lugar seguro e distante do avanço urbano que Juiz de Fora vivia naquele momento.

Entretanto, mesmo com a postura dos proprietários, algumas alterações ocorreram. É possível observar em imagens antigas que o traçado do Rio Paraibuna era sinuoso e formava vários remansos. Ocorreram processos de retificação para evitar o acontecimento de enchentes, comuns no passado de Juiz de Fora, que modificaram o contorno da Mata do Krambeck. Na pintura abaixo, realizada a partir do sítio Retiro Velho, sem data e sem identificação de autoria, pode-se ver o traçado ainda inalterado do Rio, a vegetação em recuperação e o prédio do Curtume Krambeck, branco, em destaque no centro da imagem.

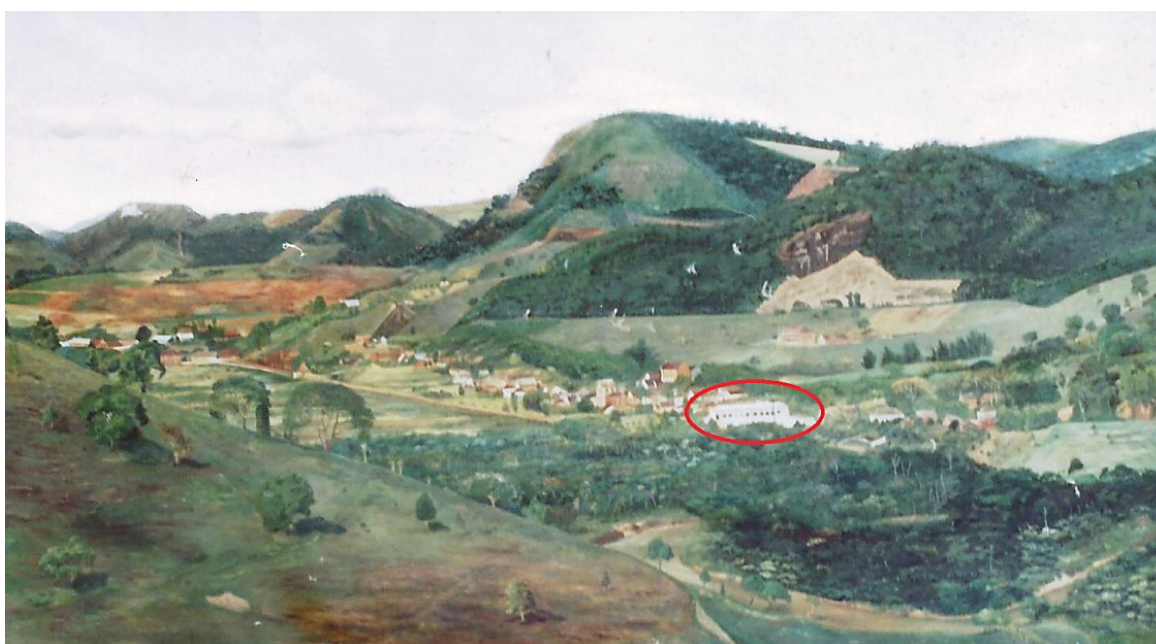


Figura 02: Pintura feita a partir da Mata do Krambeck. Destaque para o Curtume Krambeck

Fonte: Acervo pessoal de Anna Elisa Surerus.

Por volta do ano de 1974, foi necessário passar com linhas de transmissão de energia pela área de floresta, algo que a família não permitia devido ao corte da vegetação para a colocação das torres. A Justiça Federal precisou intervir para que a concessionária de energia as instalasse. A linha foi desativada posteriormente, e a floresta se regenerou como evidencia a Figura 02.



1974



2012

Figura 03: Recuperação da vegetação em 38 anos

Fonte: CRUZ, 2016, p. 94.

Em 27 de novembro de 1992, através da lei nº 10.943, foi criada a Área de Proteção Ambiental (APA) Mata do Krambeck, englobando os territórios dos Sítios Retiro Novo, Retiro Velho e Malícia, em aproximadamente 374 hectares. Em 21 de Dezembro de 1993, a lei nº 11.336 alterou o texto anterior que instituiu a APA, retirando a parcela referente ao Sítio Malícia. A alteração foi feita por considerar que a regeneração da floresta não se encontrava em estágio que justificasse sua inclusão na unidade de conservação. Além disso, houve solicitação por parte dos proprietários

junto a Assembleia Legislativa de Minas Gerais devido a incoerências no texto da primeira lei.

A responsabilidade sobre a administração do Sítio Malícia voltou a seus proprietários até que, em 2001, um grupo de empresários comprou o local dos mesmos, e em 2003, deu início ao processo de licenciamento ambiental para a construção de um condomínio fechado. Silva, Fernandes e Cristóvão (2011) falam sobre a implantação do chamado Condomínio Residencial Parque Brasil. Os investidores pretendiam utilizar 34,07 hectares para os lotes, e o restante seria direcionado à preservação da vegetação, com cerca de 40% transformados em uma Reserva Particular do Patrimônio Natural e 60% destinados a áreas de recuperação ambiental e APPs. Inicialmente, foram propostos 90 lotes com tamanho de aproximadamente 1.500 m². Porém, por orientação do Instituto Estadual de Florestas, passou à marcação de apenas 72 lotes, devido à presença considerável de indivíduos da espécie em extinção conhecida com palmito Jussara (*Euterpe edulis*). O processo de licenciamento solicitado ao município passou a tramitar na jurisdição municipal e estadual, com o intuito de minimizar possíveis danos à APA Krambeck. Em 2006, foi concedida a Licença Prévia ao empreendimento, o que gerou forte oposição por parte de organizações civis públicas e organizações não governamentais (ONGs).

De acordo com Surerus (2016), a proposta do condomínio formou grupos favoráveis e contrários ao empreendimento. Pareceres de órgãos ambientais sustentaram a falta de determinado estrato florestal na vegetação da área em questão, descaracterizando-a como o bioma atlântico, o que justificaria parte da intervenção. Após reviravoltas e polêmicas, o assunto alcançou as esferas estadual e federal. Até que a UFJF, em 2007, anunciou a compra do Sítio Malícia para a criação de um Jardim Botânico.

Em agosto de 2009, foi assinado o protocolo de intenção de compra da área e, em março de 2010, o então reitor da UFJF Henrique Duque assinou a escritura, passando a propriedade em definitivo para a universidade. Assim, os projetos para implantação do Jardim Botânico têm início, e as polêmicas são encerradas com o reconhecimento oficial da importância do local para a pesquisa e preservação do meio ambiente (UFJF, 2010). Os momentos históricos marcantes para a consolidação da Mata do Krambeck e as ações que favoreceram sua recuperação são resumidos na Figura 04.



Figura 04: Marcos temporais para a história da Mata do Krambeck

Fonte: CRUZ, 2016, p. 22.

Após a apresentação dos fatos determinantes para a formação e consolidação da floresta urbana, é perceptível que as intenções preservacionistas atuaram fortemente na Mata do Krambeck, permitindo a ação do tempo e mostrando a capacidade de resiliência ambiental do espaço analisado.

Os benefícios recorrentes às áreas verdes urbanas geraram o reconhecimento da Mata como um importante espaço vegetado dentro da cidade e a transformação em uma unidade de conservação. A qualidade de seu ambiente é notória ao ponto de ter uma parcela destinada ao uso como Jardim Botânico de uma Universidade Federal. Além disso, a Área de Proteção Ambiental (APA) tem forte influência e representatividade na formação da paisagem urbana do município.

Um fator que intensifica a representatividade do objeto de estudo é sua proporção territorial em relação à cidade e que, mesmo com tamanha dimensão, é uma área de reflorestamento, na qual boa parte do conjunto arbóreo se desenvolveu naturalmente graças a não inserção de culturas agrícolas ou de criação de animais, além do reflorestamento realizado pelos proprietários em parcelas do terreno. Assim, a Mata do Krambeck apresenta um exemplo explícito da capacidade de recuperação de uma floresta e de como os ecossistemas podem encontrar seu equilíbrio em meio ao ambiente urbano.

4 | CONCLUSÕES

Os desdobramentos na história do local demonstram o efeito de causa e consequência que tornaram possível a existência de uma grande área verde no perímetro urbano da cidade de Juiz de Fora. As ações conservacionistas da família Krambeck permitiram a resiliência ambiental, o desfrute dos benefícios providos da Mata que atualmente o município recebe e demonstram que a ação do homem no espaço e na natureza pode reverter o ímpeto devastador e prover as condições para o desenvolvimento dos ecossistemas.

Em consideração à sua dimensão territorial e suas características, a Mata do Krambeck apresenta várias relações com seu entorno e com a cidade de Juiz de Fora. A posição da Mata é estratégica na malha urbana, com vários reflexos na organização da cidade e dos fluxos, paisagem e distribuição social. Logo, a cidade de Juiz de Fora precisa de planos específicos que garantam a conservação da floresta por muitas gerações, minimizando as possíveis consequências do avanço urbano em seu perímetro e fornecendo um exemplo para os planejadores urbanos de como garantir a convivência equilibrada entre a paisagem urbana e a natural. Ações de reflorestamento em parcerias com a iniciativa privada e proprietários poderiam servir à manutenção da APA e das áreas verdes próximas, bem como dos córregos e riachos que percorrem a região.

A Mata do Krambeck é um modelo a ser seguido por outras cidades e ações de planejamento, em vista de ampliar as percepções sobre as questões relativas à recuperação de ecossistemas e áreas verdes nas cidades, assim como de unidades de conservação em meio urbano. As ações para sua manutenção e conservação, junto ao seu histórico, são referências para ações de proteção às áreas verdes e delimitação de unidades de conservação em meio urbano.

5 | OBSERVAÇÕES / RECONHECIMENTO

Esse artigo foi apresentado no XIII Encontro Nacional de Ensino de Paisagismo em Escolas de Arquitetura e Urbanismo no Brasil (ENEPEA) de 2016, realizado em Salvador - BA, e publicado nos anais do evento.

Os autores agradecem o apoio da CAPES à pesquisa.

REFERÊNCIAS

BARGOS, Danubia Caporusso; MATIAS, Lindon Fonseca. **Mapeamento e análise de áreas verdes urbanas em Paulínia (SP)**: estudo com a aplicação de geotecnologias. *Sociedade & Natureza*, v. 24, n. 1, pp. 143-156, 2012.

BOVO, Marcos Clair. **Áreas Verdes Urbanas, imagem e uso**: um estudo geográfico sobre a cidade de Maringá-PR. 2009. Tese (Doutorado em Geografia)-Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente, Presidente Prudente, 2009.

BUENO, Laura Machado de Mello. **Inovações para a concretização dos direitos à cidade**: limites e possibilidades da lei e da gestão In: Planos diretores municipais: novos conceitos de planejamento territorial. São Paulo: Annablume, pp.07-25, 2007.

CRUZ, Lucas Abranches. **Áreas Verdes e Espaço Urbano**: a Mata do Krambeck e a Cidade de Juiz de Fora em Minas Gerais. 2016. Dissertação (Mestrado em Ambiente Construído)-Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Engenharia, Juiz de Fora, 2016.

FARIA, Ricardo Tadeu. **Paisagismo: harmonia, ciência e arte**. Londrina: Mecenias, 2005.

FONSECA, Cassiano Ribeiro; CARVALHO, Fabrício Alvim. **Aspectos florísticos e fitossociológicos da comunidade arbórea de um fragmento urbano de Floresta Atlântica (Juiz de Fora, MG)**. Bioscience Journal, v. 28, n. 5, pp. 820-832, 2012.

LOURES, Ângela (chefe de reportagem). **Descobrimos a floresta: a mata do Krambeck mostra toda a sua beleza pela primeira vez**. Jornal JF Hoje, 1989.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. 3ed – São Paulo: Editora WMF: Martins Fontes. 2011. – (Coleção cidades).

MCHARG, Ian L.; **Design with nature**. New York: American Museum of Natural History, 1969.

MUNFORD, Lewis. **A cidade na história**: suas origens, transformações e perspectivas. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

ODUM, Eugene Pleasants; ODUM, Howard T.; ANDREWS, Joan. **Fundamentals of ecology**. Philadelphia: Saunders, 1971.

PAIVA, Haroldo Nogueira de; GONÇALVES, Wantuelfer. **Florestas Urbanas**: planejamento para melhoria da qualidade de vida. Viçosa: Aprenda Fácil, 2002.

RABELO, Maryá; MAGALHÃES, Bianca. **Preservação e planejamento de conservação da Mata do Krambeck**. Revista Geográfica de América Central, v. 2, n. 47E, 2011.

SILVA, Carla Costa e ; FERNANDES, Denise A. Avelino de Oliveira; CRISTÓVÃO, Elaine Coelho. **Proposta de Gerenciamento Ambiental para o Jardim Botânico de Juiz de Fora-MG**. Revista Geográfica de América Central, Número Especial EGAL, p. 1-13, 2011.

SILVA, Gillian Rose; REIS, Ademir. **Recuperação da resiliência ambiental em áreas degradadas**: a relevância do hábito, floração e frutificação no processo. Revista Saúde e Ambiente, Joinville, v. 1, n. 1, p. 68-72, 2000.

SURERUS, Anna Elisa. Entrevista. [jan. 2016]. Entrevistador: Lucas Abranches Cruz. Juiz de Fora. 2016.

THOMPSON, Catharine Ward. **Urban open space in the 21st century**. Landscape and urban planning, v. 60, n. 2, p. 59-72, 2002.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. **Reitor assina contrato de compra do Sítio Malícia**. 2010. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/secom/2010/02/03/reitor-assina-contrato-de-compra-do-sitio-malicia/>>. Acesso em: 6 dez 2015

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-85107-37-6

